

2. A Revelação

Deus se revelou como ser pessoal, através da história da salvação, criando e educando um povo para que fosse o guardião de sua Palavra e para preparar nele a Encarnação de Jesus Cristo.

02/01/2015

1. Deus Se revela aos homens

“Aprouve a Deus, na sua bondade e sabedoria, revelar-se a Si mesmo e dar a conhecer o mistério da sua vontade (cf. *Ef* 1, 9), segundo o qual

os homens, por meio de Cristo, Verbo encarnado, têm acesso ao Pai no Espírito Santo e se tornam participantes da natureza divina (cf. *Ef 2, 18; 2Pd 1, 4*). Em virtude desta revelação, Deus invisível (cf. *Cl 1, 15; 1Tm 1, 17*), na riqueza do seu amor fala aos homens como amigos (cf. *Ex 33, 11; Jo 15, 14-15*) e convive com eles (cf. *Br 3, 38*), para convidá-los e admiti-los à comunhão com Ele”[1] (cf. *Catecismo*, 51).

A revelação de Deus tem como seu primeiro passo a criação, onde Ele oferece um perene testemunho de Si mesmo[2] (cf. *Catecismo*, 288). Através das criaturas, Deus Se manifestou e Se manifesta aos homens de todos os tempos, fazendo-os conhecer a sua bondade e as suas perfeições. Entre estas, o ser humano, imagem e semelhança de Deus, é a criatura que, em maior grau, revela a Deus. Entretanto, Deus quis revelar-Se como Ser pessoal,

através da história da salvação, criando e educando um povo para que fosse guardião da sua Palavra, dirigida aos homens, e para preparar nele a Encarnação de seu Verbo, Jesus Cristo[3] (cf. *Catecismo*, 54-64). N'Ele, Deus revela o mistério da sua vida trinitária: o projeto do Pai de recapitular em seu Filho todas as coisas e de escolher e adotar a todos os homens como filhos, em seu Filho (cf. *Ef* 1, 3-10; *Cl* 1, 13-20), reunindo-os para participar de sua eterna vida divina por meio do Espírito Santo. Deus Se revela e cumpre o seu plano de salvação mediante as missões do Filho e do Espírito Santo na história[4].

São conteúdos da Revelação tanto as verdades naturais, que o ser humano poderia conhecer também mediante a razão somente, como as verdades que excedem a razão humana e que só podem ser conhecidas pela livre e gratuita bondade com que Deus Se

revela. O objeto principal da revelação divina não são verdades abstratas sobre o mundo e o homem: o seu núcleo substancial é o oferecimento por parte de Deus do mistério da sua vida pessoal e o convite para tomar parte nela.

A Revelação divina se realiza com palavras e obras; é, de modo inseparável, mistério e evento; manifesta ao mesmo tempo uma dimensão objetiva (palavra que revela verdade e ensinamentos) e subjetiva (palavra pessoal que oferece testemunho de si e convida ao diálogo). Esta Revelação, portanto, comprehende-se e se transmite como verdade e como vida^[5] (cf. *Catecismo*, 52-53).

Além das obras e dos sinais externos com os quais Se revela, Deus concede o impulso interior da sua graça para que os homens possam aderir com o coração às verdades reveladas (cf. *Mt*

16, 17; *Jo 6, 44*). Esta íntima revelação de Deus aos corações dos fieis não deve ser confundida com as “revelações privadas”, as quais, ainda que sejam acolhidas pela tradição de santidade da Igreja, não transmite nenhum conteúdo novo e original, mas recordam aos homens a única revelação de Deus realizada em Jesus Cristo, e exortam a pô-la em prática (cf. *Catecismo*, 67).

2. A Sagrada Escritura, testemunho da Revelação

O povo de Israel, sob inspiração e mandato de Deus, no decorrer dos séculos, pôs por escrito o testemunho da Revelação de Deus em sua história, relacionando-a diretamente com a revelação do único e verdadeiro Deus, feita aos nossos Pais. Através da Sagrada Escritura, as palavras de Deus se manifestam com palavras humanas, até assumir, no Verbo Encarnado, a própria natureza

humana. Além das Escrituras de Israel, acolhidas pela Igreja, e conhecidas como Antigo ou Primeiro Testamento, os Apóstolos e os primeiros discípulos também puseram por escrito o testemunho da Revelação de Deus, tal e como se realizou em seu Verbo, de cuja vida terrena foram testemunhas, de modo particular do mistério pascal de sua morte e ressurreição, dando assim origem ao Novo Testamento.

A verdade segundo a qual o Deus, de quem as Escrituras de Israel dão testemunho, é o único e verdadeiro Deus, criador do céu e da terra, põe-se em evidência, em particular nos “livros sapienciais”. O seu conteúdo supera os limites do povo de Israel para suscitar o interesse pela experiência comum do gênero humano diante dos grandes temas da existência, desde o sentido do cosmos até o sentido da vida do homem (Sabedoria); das interrogações sobre

a morte e o que vem depois dela, ao significado da atividade humana sobre a terra (Qohélet - Eclesiastes); desde as relações familiares e sociais até a virtude que deve regulá-las, para viver segundo os planos de Deus criador e alcançar assim a plenitude da própria humanidade (Provérbios, Eclesiástico etc.).

Deus é o autor da Sagrada Escritura, que os autores sagrados (hagiógrafos), também eles autores do texto, redigiram sob a inspiração do Espírito Santo. Para sua composição, Ele “escolheu homens, que utilizou usando de suas próprias faculdades e meios, de modo que agindo Ele neles e por eles, escreveram, como verdadeiros autores, tudo e só o que Ele queria”[6] (cf. *Catecismo*, 106). Tudo o que os escritores sagrados afirmam pode considerar-se afirmado pelo Espírito Santo: “deve-se confessar que os livros da Escritura ensinam

firmemente, com fidelidade e sem erro, a verdade que Deus quis consignar nas sagradas letras”[7].

Para compreender corretamente a Sagrada Escritura deve-se ter presente os sentidos da Escritura – literal e espiritual; este último reconhecível também como alegórico, moral e analógico – e os diversos gêneros literários nos quais foram redigidos os diferentes livros ou partes dos mesmos (cf. *Catecismo*, 110, 115-117). Em particular, a Sagrada Escritura deve ser lida *na Igreja*, ou seja, à luz de sua tradição viva e da analogia da fé (cf. *Catecismo*, 111-114): a Escritura deve ser lida e compreendida no mesmo Espírito no qual foi escrita.

Os diversos estudiosos que se esforçam por interpretar e aprofundar o conteúdo da Escritura propõem os seus resultados a partir da sua autoridade científica pessoal.

O Magistério da Igreja tem a missão de formular uma interpretação autêntica, vinculante para os fiéis, baseada na autoridade do Espírito que assiste ao ministério docente do Romano Pontífice e dos bispos em comunhão com ele. Graças a esta assistência divina, a Igreja, já desde os primeiros séculos, reconheceu quais os livros que continham o testemunho da Revelação, no Antigo e no Novo Testamento, formulando assim o “cânon” da Sagrada Escritura (cf. *Catecismo*, 120-127).

Uma correta interpretação da Sagrada Escritura, reconhecendo os diferentes sentidos e gêneros literários presentes nela, é necessária quando os autores sagrados descrevem aspectos do mundo que pertencem também ao âmbito das ciências naturais: a formação dos elementos do cosmos, a aparição das diversas formas de vida sobre a terra, a origem do gênero humano,

os fenômenos naturais em geral. Deve ser evitado o erro do fundamentalismo, que não separa o sentido literal do gênero histórico, quando seria lícito fazê-lo. Também deve ser evitado o erro de quem considera as narrações bíblicas como formas puramente mitológicas, sem nenhum conteúdo de verdade a transmitir sobre a história dos acontecimentos e a sua radical dependência da vontade de Deus[8].

3. A Revelação como história da salvação que culmina em Cristo

Como diálogo entre Deus e os homens, pelo qual Ele os convida a participar da sua vida pessoal, a Revelação se manifesta desde o início com um caráter de “aliança” que dá origem a uma “história da salvação”. “Querendo abrir o caminho da salvação sobrenatural, manifestou-se, além disso, pessoalmente, aos nossos primeiros pais, desde o

princípio. Depois de sua queda, alimentou neles a esperança da salvação, com a promessa da redenção, e teve incessante cuidado para com o gênero humano, para dar a vida eterna a todos os que buscam a salvação com a perseverança na prática das boas obras. A seu tempo, chamou a Abraão para torná-lo pai de um grande povo, ao qual em seguida instruiu pelos Patriarcas, por Moisés e pelos Profetas para que o reconhecessem como o Deus único, vivo e verdadeiro, Pai providente e justo juiz, e para que esperassem o Salvador prometido, e desta forma, através dos séculos, foi preparando o caminho do Evangelho”[9].

Iniciada já com a criação de nossos primeiros pais e a elevação à vida da graça, que lhes permitia participar da intimidade divina, e em seguida prefigurada no pacto cósmico com Noé, a aliança de Deus com o homem se revela de modo explícito com

Abraão e depois, de maneira particular com Moisés, a quem Deus entrega as Tábuas da Aliança. Tanto a numerosa descendência prometida a Abraão, na qual seriam abençoadas todas as nações da terra, como a Lei entregue a Moisés, com os sacrifícios e o sacerdócio que acompanham o culto divino, são preparações e figuras da nova e eterna aliança selada em Jesus Cristo, Filho de Deus, realizada e revelada em sua Encarnação e em seu sacrifício pascal. A aliança em Cristo redime do pecado dos primeiros pais, que romperam, com sua desobediência, o primeiro oferecimento de aliança por parte de Deus criador.

A história da salvação se manifesta como uma grandiosa pedagogia divina que aponta para Cristo. Os Profetas, cuja função era recordar a aliança e as suas exigências morais, falam especialmente d'Ele, o Messias prometido. Eles anunciam a

economia de uma nova aliança, espiritual e eterna, escrita nos corações; será Cristo que a revelará com as Bem-aventuranças e os ensinamentos do Evangelho, promulgando o mandamento da caridade, realização e cumprimento de toda a Lei.

Jesus Cristo é simultaneamente mediador e plenitude da Revelação. Ele é o Revelador, a Revelação e o conteúdo da mesma, enquanto Verbo de Deus feito carne: “Muitas vezes e de diversos modos outrora falou Deus aos nossos pais pelos profetas. Ultimamente nos falou por seu Filho, que constituiu herdeiro universal, pelo qual criou todas as coisas” (*Hb 1, 1-2*). Deus, em seu Verbo, disse tudo e de modo conclusivo: “A economia cristã, portanto, como aliança nova e definitiva, nunca cessará e não devemos esperar nenhuma revelação pública antes da manifestação gloriosa de Nosso Senhor Jesus

Cristo”[10] (cf. *Catecismo*, 65-66). De modo particular, a realização e a plenitude da Revelação divina se manifestam no mistério pascal de Jesus Cristo, isto é, em sua paixão, morte e ressurreição, como Palavra definitiva na qual Deus manifestou a totalidade do seu amor de condescendência e renovou o mundo. Somente em Jesus Cristo, Deus revela o homem a si mesmo, e o faz compreender a sua dignidade e altíssima vocação[11].

A fé, enquanto virtude, é a resposta do homem à revelação divina, uma adesão pessoal a Deus em Cristo, motivada por suas palavras e pelas obras que Ele realiza. A credibilidade da revelação se apoia principalmente na credibilidade da pessoa de Jesus Cristo, em toda a sua vida. A sua posição de mediador, plenitude e fundamento da credibilidade da Revelação, diferenciam a pessoa de Jesus Cristo de qualquer outro

fundador de uma religião, que não solicita a seus seguidores que tenham fé nele, nem pretende ser a plenitude e realização daquilo que Deus quer revelar, mas se propõe somente como mediador para fazer com que os homens conheçam tal revelação.

4. A transmissão da Revelação divina

A Revelação divina está contida nas Sagradas Escrituras e na Tradição, que constituem um único depósito onde é guardada a palavra de Deus[12]. Estas são interdependentes entre si: a Tradição transmite e interpreta a Escritura, e esta, por sua vez, verifica e convalida tudo o que se vive na Tradição[13] (cf. *Catecismo*, 80-82).

A Tradição, fundada na pregação apostólica, testemunha e transmite de modo vivo e dinâmico o que a Escritura recolheu através de um

texto determinado. “Esta Tradição, que deriva dos apóstolos, progride na Igreja com a assistência do Espírito Santo: uma vez que vai crescendo na compreensão do conteúdo e das palavras transmitidas, seja pela contemplação e o estudo dos fiéis, que as meditam em seu coração, seja pela percepção íntima que experimentam das coisas espirituais, seja pelo anuncio daqueles que, com a sucessão do episcopado receberam o carisma certo da verdade”[14].

Os ensinamentos do Magistério da Igreja, os dos Padres da Igreja, a oração da Liturgia, o sentir comum dos fiéis que vivem na graça de Deus, e também realidades cotidianas como a educação na fé transmitida dos pais aos filhos ou o apostolado cristão contribuem com a transmissão da Revelação divina. De fato, o que foi recebido pelos apóstolos e transmitido aos seus sucessores, os Bispos, comprehende

“todo o necessário para que o Povo de Deus viva santamente e aumente sua fé, e desta forma a Igreja, em sua doutrina, em sua vida e em seu culto perpetua e transmite a todas as gerações tudo o que ela é, tudo o que crê”[15]. A grande Tradição apostólica deve distinguir-se das diversas tradições teológicas, litúrgicas, disciplinares etc. cujo valor pode ser limitado e inclusive provisório (cf. *Catecismo*, 83).

A realidade conjunta da Revelação divina como verdade e como vida implica que o objeto da transmissão não seja somente um ensinamento, mas também um estilo de vida: doutrina e exemplo são inseparáveis. Aquilo que se transmite é, efetivamente, uma experiência viva, a do encontro com Cristo ressuscitado e o que este evento significou e continua a significar para a vida de cada um. Por este motivo, ao falar da transmissão da

Revelação, a Igreja fala de *fides et mores*, fé e costumes, doutrina e conduta.

5. O Magistério da Igreja, guardião e intérprete autorizado da Revelação

“O ofício de interpretar autenticamente a Palavra de Deus escrita ou transmitida foi confiado exclusivamente ao Magistério vivo da Igreja, cuja autoridade é exercida em nome de Jesus Cristo”[16], isto é, aos bispos em comunhão com o sucessor de Pedro, o bispo de Roma. Este ofício do Magistério da Igreja é um serviço à palavra divina e tem como fim a salvação das almas. Portanto, “este Magistério, evidentemente, não está acima da palavra de Deus, mas serve-a, ensinando somente aquilo que lhe foi confiado, por mandato divino e, com a assistência do Espírito Santo, ouve-a com piedade, guarda-a com

exatidão e a expõe com fidelidade, e deste único depósito da fé tira tudo o que propõe como verdade revelada por Deus que se deve crer”[17]. Os ensinamentos do Magistério da Igreja constituem o lugar mais importante onde está contida a Tradição apostólica: o Magistério é, em relação a esta tradição, como sua dimensão sacramental.

A sagrada Escritura, a Sagrada Tradição e o Magistério da Igreja constituem, portanto, uma certa unidade, de modo que nenhuma destas realidades pode subsistir sem as outras[18]. O fundamento desta unidade é o Espírito Santo, Autor da Escritura, protagonista da Tradição viva da Igreja, guia do Magistério, ao qual assiste com os Seus carismas. Em sua origem, as igrejas da Reforma protestante quiseram seguir a *sola Scriptura*, deixando a sua interpretação aos fiéis individualmente: tal posição deu

lugar à grande dispersão das confissões protestantes e se revelou pouco sustentável, já que todo texto tem necessidade de um contexto, concretamente uma Tradição, em cujo seio nasceu, é lido e interpretado. Também o fundamentalismo separa a Escritura da Tradição e do Magistério, buscando erroneamente manter a unidade de interpretação, ancorando-se de modo exclusivo no sentido literal (cf. *Catecismo*, 108).

Ao ensinar o conteúdo do depósito revelado, a Igreja é sujeito de uma infalibilidade *in docendo*, fundada sobre as promessas de Jesus Cristo acerca da sua indefectibilidade; isto é, que se realizará, sem falhar, na sua missão de salvação a ela confiada (cf. *Mt* 16, 18; *Mt* 28, 18-20; *Jo* 14, 17.26). Este magistério infalível se exercita: a) quando os bispos se reúnem em Concílio ecumênico em união com o sucessor de Pedro, cabeça do colégio

apostólico; b) quando o Romano Pontífice promulga alguma verdade *ex cathedra*, ou empregando um teor nas expressões e um gênero de documento que faz referência explícita a seu mandato petrino universal, promulga um ensinamento específico que considera necessário ao bem do Povo de Deus; c) quando os bispos da Igreja, em união com o sucessor de Pedro, são unâimes ao professar a mesma doutrina ou ensinamento, ainda que não se encontrem reunidos no mesmo lugar. Mesmo que o ensinamento de um bispo que propõe isoladamente um ensinamento específico não goza do carisma da infalibilidade, os fiéis estão igualmente obrigados a uma respeitosa obediência, assim como devem observar os ensinamentos provenientes do Colégio episcopal ou do Romano Pontífice, ainda que não sejam formulados de modo definitivo e irreformável[19].

6. A imutabilidade do depósito da Revelação

O ensinamento dogmático da Igreja (*dogma* quer dizer doutrina, ensinamento) está presente desde os primeiros séculos. Os principais conteúdos da pregação apostólica foram colocados por escrito, dando origem às profissões de fé exigidas a os que recebiam o batismo, contribuindo assim para definir a identidade da fé cristã. Os dogmas crescem em número com o desenvolvimento histórico da Igreja: não porque a doutrina mude ou aumente aquilo em que se deve crer, mas porque é frequente a necessidade de elucidar algum erro ou de ajudar a fé do povo de Deus com oportunos aprofundamentos definindo aspectos de modo claro e preciso. Quando o Magistério da Igreja propõe um novo dogma não está criando nada de novo, mas apenas explicitando aquilo que já

está contido no depósito revelado. “O Magistério da Igreja empenha plenamente a autoridade que recebeu de Cristo quando define dogmas, isto é, quando, utilizando uma forma que obriga o povo cristão a uma adesão irrevogável de fé, propõe verdades contidas na Revelação divina ou verdades que com estas têm uma conexão necessária” (*Catecismo*, 88).

O ensinamento dogmático da Igreja, como por exemplo os artigos do Credo, é imutável, posto que manifesta o conteúdo de uma Revelação recebida de Deus e não feita pelos homens. Os dogmas, entretanto, admitiram e admitem um desenvolvimento homogêneo, seja porque o conhecimento da fé vai se aprofundando com o tempo, seja porque em culturas e épocas diversas surgem problemas novos, aos quais o Magistério da Igreja deve dar respostas que estejam de acordo com

a palavra de Deus, explicitando o que está implicitamente contido nela[20].

Fidelidade e progresso, verdade e história não são realidades em conflito em relação à Revelação[21]: Jesus Cristo, sendo a Verdade incriada é também o centro e cumprimento da história; o Espírito Santo, Autor do depósito da Revelação é garantia da sua fidelidade, e também Aquele que aprofunda em seu sentido ao longo da história, conduzindo “à verdade completa” (cf. *Jo 16, 13*). “Ainda que a Revelação esteja estabelecida, não está completamente explicitada. Compete à fé cristã captar gradualmente seu alcance ao longo dos séculos” (cf. *Catecismo*, 66).

Os fatores de desenvolvimento do dogma são os mesmos que fazem progredir a Tradição viva da Igreja: a pregação dos Bispos, o estudo dos fiéis, a oração e meditação da

palavra de Deus, a experiência das coisas espirituais, o exemplo dos santos. Frequentemente o Magistério recolhe e ensina de modo autorizado coisas que anteriormente foram estudadas por teólogos, acreditada pelos fiéis, pregadas e vividas pelos santos.

Giuseppe Tanzella-Nitti

Bibliografia básica

Catecismo da Igreja Católica, 50-133.

Concílio Vaticano II, Const. *Dei Verbum*, 1-20.

João Paulo II, Enc. *Fides et ratio*, 14-09-1988, 7-15.

[1] Concílio Vaticano II, Const. *Dei Verbum*, 2.

[2] Cf. Concílio Vaticano II, Const. *Dei Verbum*, 3; João Paulo II, Enc. *Fides et ratio*, 14-09-1988, 19.

[3] Cf. Concilio Vaticano I, Const. *Dei Filius*, 24-04-1870, DH 3004.

[4] Cf. Concílio Vaticano II, Const. *Lumen gentium*, 2-4; Decr. *Ad gentes*, 2-4.

[5] Cf. Concílio Vaticano II, Const. *Dei Verbum*, 2.

[6] Concílio Vaticano II, Const. *Dei Verbum*, 11.

[7] *Ibidem*.

[8] Podem-se encontrar elementos interessantes para uma correta interpretação da relação com as ciências em León XIII, Enc. *Providentissimus Deus*, 18-11-1893; Bento XV, Enc. *Spiritus Paraclitus*, 15-09-1920 e Pio XII, Enc. *Humani generis*, 12-07-1950.

[9] Concílio Vaticano II, *Const. Dei Verbum*, 3.

[10] Concílio Vaticano II, *Const. Dei Verbum*, 4.

[11] Cf. Concilio Vaticano II, *Const. Gaudium et spes*, 22.

[12] “Permiti-me esta insistência repetida, as verdades da fé e da moral não se determinam por maioria de votos: compõem o depósito – *depositum fidei* – entregue por Cristo a todos os fiéis e confiado em sua exposição e ensino autorizado, ao Magistério da Igreja”, São Josemaria, Homilia *O fim sobrenatural da Igreja*, em *Amar à Igreja*, 15.

[13] Cf. Concílio Vaticano II, *Const. Dei Verbum*, 9.

[14] Concílio Vaticano II, *Const. Dei Verbum*, 8.

[15] *Ibidem*. Cf. Concilio de Trento, Decr. *Sacrosancta*, 8-04-1546, DH 1501.

[16] Concílio Vaticano II, Const. *Dei Verbum*, 10.

[17] *Ibidem*.

[18] Cf. *Ibidem*.

[19] Cf. Concílio Vaticano II, Const. *Lumen gentium*, 25; Concílio Vaticano I, Const. *Pastor aeternus*, 18-07-1870, DH 3074.

[20] “É conveniente, portanto, que, através de todos os tempos e de todas as idades, cresça e progrida a inteligência, a ciência e a sabedoria de cada uma das pessoas e do conjunto dos homens, tanto por parte da Igreja inteira, como por parte de cada um de seus membros. Porém este crescimento deve seguir sua própria natureza, isto é, deve seguir o dinamismo de uma única e idêntica

doutrina”, são Vicente de Lerins,
Commonitorium, 23.

[21] Cf. João Paulo II, Enc. *Fides et ratio*, 11-12, 87.

pdf | Documento gerado
automaticamente de [https://
opusdei.org/pt-br/article/tema-2-a-
revelacao/](https://opusdei.org/pt-br/article/tema-2-a-revelacao/) (12/01/2026)